

Filhos do feminicídio em MS: A dor de crianças e adultos com famílias destruídas pela violência doméstica

Em MS, 37 filhos, entre maiores e menores de idade, tiveram suas mães assassinadas em 2019 por homens em quem confiavam. O G1 reuniu depoimentos de pessoas que tiveram suas vidas mudadas radicalmente pelo trauma do feminicídio.

(G1, 17/06/2019 - acesse no site de origem)

O sofrimento de perder um ente querido alcança proporções incalculáveis quando isso acontece em um contexto extremo de violência doméstica: a mãe assassinada pelo pai, ou por seu companheiro. Até junho deste ano, 37 filhos conheceram essa dor em Mato Grosso do Sul. Destes, 21 são menores de idade. São os filhos de 14 das 17 mulheres vítimas de feminicídio no estado segundo a Secretaria de Justiça e Segurança Pública de MS (Sejusp) em menos de 6 meses, número alto para uma população de menos de 3 milhões de habitantes.

Os crimes aconteceram em 14 dos 79 municípios de MS. Só em Campo Grande foram quatro feminicídios de 1º de janeiro a 13 de junho. Também foi na capital o caso mais recente, no último dia 11. De acordo com dados da Polícia Civil, dos 17 suspeitos, 13 estão presos, 2 cometeram suicídio e 2 estão foragidos.

Em 2019, 21 crianças e adolescentes dormiram em suas casas com suas rotinas e acordaram em abrigos ou na casa de parentes. Sem a mãe e o pai, muitas vezes essas famílias não têm condições financeiras de arcar com a chegada inesperada de um novo integrante. Além da mudança no orçamento familiar, uma criança enlutada e marcada pela violência no seio familiar precisa de acompanhamento psicológico, atenção e amor redobrados, como afirma o psicólogo Guilherme Fagundes.

O destino imediato dos filhos menores após o crime é responsabilidade do município. De acordo com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Grande, em caso de morte da mãe e ausência do pai as crianças vão, primeiro, para uma casa de acolhida onde sob a coordenação do Conselho Tutelar, uma equipe verifica a disponibilidade de parentes que tenham condições de assumir a tutela.

Caso não haja interesse de familiares, as crianças podem ser encaminhadas para adoção. Segundo a Secretaria Especial de Cidadania, a maior parte das crianças filhas de vítimas de feminicídio acaba ficando no seio familiar com avós, irmãos e tios, mas há registros de menores que foram recolhidos a lares para adoção, afirma a secretária Luciana Azambuja. Em caso de indígenas (2 vítimas este ano, 4 crianças), segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), elas devem crescer na comunidade indígena, com sua própria cultura. Caso não existam parentes em condições de criá-las, vão para os lares e devem ser, preferencialmente, adotadas por índios.

Entre os 16 adultos, agravantes como depressão e outras doenças de ordem psicológica transformam a soma de indignação e dor em uma rotina insustentável de pura angústia, com consequências na vida profissional e pessoal. É o caso de Luciana de 31 anos que perdeu a

mãe há 2 meses, morta pelo pai.

Vazio que não tem nome

Luciana Cabral é filha de Nilce Elias da Rocha Bento, de 56 anos, [assassinada pelo marido idoso no dia 3 de abril em Naviraí](#). Sozinha após a morte da mãe e a prisão do pai, a vida de Luciana tornou-se, em suas palavras, um filme de terror. Desempregada e dormindo à base de sedativos por conta dos constantes pesadelos, ela hoje toma 5 medicamentos diferentes para depressão e tenta, a cada manhã, vencer mais um dia.

“Ainda não acredito que ele fez isso, simplesmente não consigo, é impossível entender. Dói tanto, tanto, que nem consigo explicar.”

Marido e pai violento, Aderval Bento tinha um histórico de agressões dentro de casa, porém Nilce não registrou boletim de ocorrência. Após décadas de união, ela queria a separação. Alegando não aceitar o divórcio, ele [esfaqueou a mulher na cama do casal na frente da outra filha, Susi, que é deficiente mental](#). Aderval não trabalhava, era Nilce que mantinha a casa com a renda de uma loja que havia montado há algum tempo.

Filha adotiva do casal, a única referência que Luciana tinha de família perdeu-se após a morte da mãe. “Todos os dias ela me esperava para almoçar, me dava colo quando eu me sentia perdida, quando precisava de apoio. É muito difícil entender que enfrento a maior dor da minha vida justamente porque não posso mais abraçar minha mãe, ela foi tirada de mim. É um vazio que não tem nome”, declara, emocionada.

Ela conta que a mãe estava feliz por finalmente ter tomado coragem para libertar-se do relacionamento abusivo. Diante da recusa do marido em sair da casa, Nilce disse a ele que ela mesma sairia. Ao perceber que o pai parecia aceitar de bom grado algo que jamais tolerou, Luciana diz que alertou a mãe que isso poderia indicar um perigo maior:

“Eu disse a ela, ‘Ele tá muito calmo, isso não é normal’ e ela dizia que ele não teria coragem de matar. Alguns dias antes me pediu que fizesse sua sobrelha, suas unhas e pintasse seu cabelo porque ‘no caixão seria mais difícil’, parecia que ela sentia que algo ia acontecer.”

No dia do crime ela passou mais cedo na casa da mãe: “Encontrei ela chorando no quarto e perguntei se ele tinha batido nela, ela só chorava. Depois disse que ia levantar e fazer salgado, eu tinha que ir para o trabalho e pedi para a vizinha ficar de olho, mas em um minuto que ela saiu da casa, quando voltou ele já estava na frente, dentro do carro dizendo ‘chame a polícia que eu matei a Nicinha’”, relata.

Luciana vive sozinha com as três cachorrinhas da mãe e as plantas que ela tanto gostava. O pai fugiu em seguida ao crime mas apresentou-se dias depois e segue preso. A irmã deficiente mora com a avó em uma cidade da região leste.

“Ele pede perdão para mim através do advogado mas eu não consigo falar nada. Ele não queria ficar sozinho e acabou sem ninguém dentro de uma cela. Ele está sozinho lá, não tem ninguém pra visitar. De que adiantou tudo isso? De que adiantou matar minha mãe?” declara.

A filha da vítima forma-se em educação física no próximo mês de agosto. Em fevereiro, a mãe já havia comprado uma roupa para a solenidade e combinado com o fotógrafo para participar das fotos da formatura, contando os dias para finalmente ver a filha concluindo o ensino superior. Luciana não sabe se participará da cerimônia.

Assim como Luciana, outros 35 filhos carregam o mesmo trauma. Alguns, ainda crianças, assistiram ao assassinato da mãe ou chamaram o socorro. No caso de uma das vítimas, Adriana, que é indígena, as 4 crianças estavam desorientadas e sentadas ao lado do corpo da mãe quando a polícia chegou.

Pai que cuida de duas meninas fala sobre como age em momentos de crise

Glauco Rondon é pai de duas meninas, uma de 16 e outra de 9 anos. Elas são filhas de Nádia Sol, a professora morta pelo ex-namorado em Corumbá, que passaram a morar com o pai. A mais velha estava em casa na hora do crime e viu a mãe morrer na calçada. Ele conta que as meninas fazem acompanhamento psicológico, mas mesmo assim, é preciso administrar as crises de choro e tristeza especialmente da mais nova.

“Ela faz perguntas que eu não tenho como responder, não se conforma de terem tirado a mãe dela. Às vezes ela acorda no meio da noite dizendo que só queria poder dar um abraço na mãe, questionando por que tudo isso aconteceu. Eu não tenho o que dizer, só abraço forte minha filha e espero o choro acalmar.”

A menina completa 10 anos em agosto e planejava o aniversário com a mãe. A mais velha, já adolescente, tem a própria maneira de lidar com a dor, segundo o pai, que tenta fazer com que ela não leve consigo a impressão de que todo homem é violento. Ele conta que às vezes, quando sentam na varanda de casa para conversar, a sensação é de que a qualquer momento a mãe pode chegar para buscar as meninas, como era o costume quando saía do trabalho. Diante do vazio da ausência, eles choram juntos.

Glauco conta que quando a menina menor pergunta por que sua mãe foi embora, ele sempre dá a mesma explicação, lembrando da profissão que a ex-esposa tanto amava. Nádia lecionava português e inglês em duas escolas da cidade.

“Eu digo pra ela ‘Deus levou sua mãe para ensinar as crianças no céu’ e ela me pergunta ‘mas por que entre tantas professoras tinha que ser ela?’. Eu sempre respondo ‘porque sua mãe era a melhor professora do mundo’” relata, emocionado.

Nas crises das filhas, Glauco fala de amor e ensina as meninas a apegarem-se à fé para que o trauma da violência que conheceram não lhes afete a vida adulta. Ele não faz tratamento psicológico, mas acompanha as duas e evita falar sobre o autor do crime. O foco é sempre a memória de Nádia, batalhadora e forte, sendo enaltecida com carinho.

“Agora eu preciso dar a elas um amor em dobro porque esse vazio jamais será preenchido. Só Deus para nos dar forças nessa caminhada.”

Crianças tendem a sentir culpa pela violência dos pais

O psicólogo Guilherme Fagundes afirma que o tratamento para crianças que presenciaram a

violência de forma extrema precisa ser minucioso e paciente. A possibilidade desse trauma trazer consequências até a vida adulta é muito grande:

“Uma criança ou adolescente que vem dessa realidade precisa criar um propósito para conseguir lidar com as adversidades no futuro. Jovens que conheceram um ambiente hostil têm grandes chances de crescer com crenças limitantes e isso impacta em dois pontos: primeiro, eles tendem a não acreditar que sua história pode ser melhor que a da própria família, e segundo, jovens costumam repetir o comportamento violento dos pais em momentos de pressão ao longo da vida.”

Guilherme explica que a culpa é outro fator que pesa no psicológico de crianças que vivem situações de violência doméstica.

“Como dependem dos pais na primeira infância, as crianças os vêem como heróis. Quando o pai é violento, essa imagem é arranhada e por não entender a razão dele agir assim, a criança traz a culpa para si, sente que sua presença atrapalha. Imagine a proporção desse sentimento quando a briga termina com a morte da mãe.”

Segundo o psicólogo, a postura de Glauco com as filhas está correta. Tanto para meninas quanto meninos, a necessidade de encontrar segurança após uma ruptura dessa magnitude é constante para que possam, dentro do possível, minimizar o trauma na vida adulta.

“Essa criança vai precisar encontrar novos padrões, como um modelo de homem que não seja violento e um contexto positivo de família, para que no futuro ela sinta confiança na construção de sua própria família”, conclui.

Juíza explica os motivos que levam a violência doméstica

A juíza titular da 3ª Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Jacqueline Machado, afirma que o homem que agride uma mulher por ser contrariado ou sentir-se rejeitado, quando mata, além de punir, ele quer ter sua vontade satisfeita:

“Quando um homem comete feminicídio, na verdade o desejo dele não é simplesmente matar a mulher, é matar a liberdade dela, sua autonomia, sua voz. Ele acredita que tem o direito de controlar essa mulher e se não consegue, ele destrói, ele mata. Esses crimes não são passionais, são punições”, declara.

Para Jacqueline, o feminicídio é o extremo de uma escalada de violência física e psicológica que precisa ser levado o quanto antes às autoridades:

“A grande maioria das mulheres que foram mortas não tinha medida protetiva. É uma falácia dizer que medida protetiva não protege, só em Campo Grande atualmente são 5 mil em vigor. Entre as vítimas de feminicídio, apenas uma tinha pedido de medida protetiva, muitas delas não tinham sequer um boletim de ocorrência. A denúncia é sim importante porque isso pode impedir que a agressão termine em morte.”

Vítimas como Nilce, que suportou anos de agressões verbais e físicas, têm dificuldade em libertar-se do relacionamento abusivo por uma série de questões, segundo a juíza:

“Existe aí uma ligação afetiva. Ela tem esperança de que aquele homem mude, tem receio de prejudicá-lo socialmente, tem a tendência de se culpar e se sentir responsável por aquela

agressão, dependência emocional e econômica, então, é um longo processo para que ela consiga entender o relacionamento abusivo, e geralmente, ela precisa de uma ajuda externa para isso”, declara.

OG1 fez um levantamento juntos às delegacias das cidades onde aconteceram os crimes sobre quem são as 17 vítimas e quantas deixaram filhos, entre maiores e menores de idade. Para proteger a identidade e a localização destes menores, não será revelado nesta reportagem onde estão vivendo nem qual o parentesco dos familiares responsáveis atualmente.

Nilce Rocha com o marido Aderval, que após décadas de um relacionamento abusivo, assassinou a esposa a facadas — Foto: Arquivo pessoal

Quem são as 17 vítimas de feminicídio em MS este ano

Os crimes estão elencados do mais recente, em 11 de junho, até o primeiro deste ano, em 9 de janeiro. Um caso, o da [indígena Eronilda Gabriel](#), foi registrado como feminicídio na delegacia, mas a denúncia foi oferecida pelo Ministério Público como homicídio, por isso, ele não consta nos números da Sejusp.

- **Erica Aguillar Pereira, 2 filhos menores, morta asfixiada em Campo Grande:**

Erica, de 39 anos, foi assassinada em 11 de junho [dentro de casa por um homem que também tentou estrangular sua filha de 14 anos](#). Quem salvou a menina foi o irmão, de 5 anos, que viu o ataque e gritou. Os dois filhos de Erica encontraram a mãe morta e pediram ajuda a uma vizinha. O suspeito está foragido.

- **Márcia Lescano, 1 filho maior, morta com um tiro no rosto em Água Clara:**

Márcia, de 41 anos, foi morta pelo marido, de 32 anos, com um tiro no rosto na fazenda onde moravam [após uma briga porque a TV do casal não funcionava](#). O suspeito usou uma espingarda de pressão adaptada para calibre 22. O marido foi preso em flagrante e, segundo a polícia, “ficou alterado ao saber que a esposa tinha morrido”.

- **Luana Pricila Oliveira da Silva, 3 filhos menores, morta a tiros pelo ex-marido em Campo Grande:**

O filho mais novo de Luana com o suspeito tinha 3 apenas meses de idade na ocasião do crime, em 11 de maio. A vítima trabalhava em uma boate na capital quando o ex-marido convidou-a para uma conversa. [No quarto, ele disparou 4 tiros contra ela e atirou na própria cabeça](#), morrendo logo depois. Luana já tinha uma medida protetiva contra o ex-marido.

- **Sandra Regina Alez Pereira, 2 filhos maiores e 1 menor, morta pelo marido em Jardim:**

O filho mais novo de Sandra, de 5 anos, estava na escola no momento do crime, em 8 de maio. A vítima era funcionária pública e foi [morta a tiros pelo marido, um empresário, na casa da família](#). Segundo a polícia, eles estavam em processo de separação. O marido de Sandra suicidou-se em seguida.

- **Ivelin Aparecida Alves dos Santos, sem filhos, morta pelo sobrinho em Campo Grande:**

Ela foi assassinada [em 19 de abril dentro de casa, com 24 golpes de faca, pelo sobrinho de 21 anos](#). Segundo a perícia o corpo apresentava perfurações em diversos pontos, indicando tentativa de defesa da vítima, de 45 anos. O outro sobrinho, de 15 anos, que também morava com ela percebeu que uma briga estava acontecendo e chamou o pai, que encontrou o corpo. O suspeito está preso.

- **Nilce Elias da Rocha Bento, 2 filhas maiores, morta pelo marido em Naviraí:**

[Nilce, de 56 anos, morreu no dia 3 de abril](#), assassinada pelo marido idoso [na frente da filha que tem deficiência mental](#). A mulher foi vítima de violência doméstica durante anos e foi morta porque o homem não aceitava a separação. O suspeito fugiu mas entregou-se dias depois e permanece preso.

- **Maria das Graças da Hora Pereira, 4 filhos maiores, morta pelo ex-marido em Terenos:**

Maria, de 49 anos, foi assassinada com 29 facadas, a maior parte dos golpes na região do pescoço, em 31 de março no assentamento Paraíso. O atual namorado dela, de 56 anos, foi morto a tiros. O suspeito, que trabalhava com o irmão de Maria, disse que estava indo embora e fugiu. Ele segue foragido.

- **Jheniffer Cáceres de Oliveira, sem filhos, morta pelo namorado com uma coleira de cachorro em Sidrolândia:**

A vítima tinha 17 anos quando morreu, em 30 de março. O namorado dela de 18 anos [usou uma coleira de cachorro para matar a jovem](#). O rapaz dormiu 2 dias ao lado do corpo que foi encontrado enrolado em um cobertor na casa onde moravam. O suspeito foi preso e disse à polícia que [matou porque Jheniffer o teria agredido com um cabo de vassoura e que “não aceita apanhar de mulher”](#).

- **Neuricleia Martins da Silva, 2 filhas maiores, morta pelo marido com uma panela de arroz em Chapadão do Sul:**

A vítima morreu em 31 de março a [pancadas na cabeça com uma panela elétrica de arroz](#). Ele havia saído da cadeia 41 dias antes do crime, preso por violência doméstica. O suspeito, um mecânico de 52 anos, está preso. Ele tinha oito ocorrências na polícia por ameaças, vias de fato e lesão corporal, das quais cinco eram por violência doméstica.

- **Carla Sampaio Tanan, 3 filhos menores, morta atropelada pelo namorado em Caarapó:**

O casal, que é de Dourados, estava em uma festa na cidade vizinha em 10 de março. Após uma briga, ela teria dado socos e pontapés no carro, momento em que ele engatou a marcha a ré, [atropelou a mulher e passou várias vezes com o carro sobre ela](#). A defesa do homem disse que ele alegou ter matado a namorada porque ela havia [“sensualizado”](#) na festa. Ele está preso.

- **Nádia Sol Neves Rondon, 2 filhas menores, morta no dia do aniversário em Corumbá:**

Nádia era professora e trabalhava nos 3 turnos, foi morta no dia 10 de março. [Após comemorar a idade nova, o ex foi à casa dela. A vítima fechou o portão para que o homem não entrasse, mas ele conseguiu entrar, a abraçou e esfaqueou-a com 36 golpes](#). O suspeito, de 31 anos, [apresentou-se à polícia](#) e disse que matou por não aceitar o fim do relacionamento. Ele segue preso.

- **Laís Pereira Rodrigues, 2 filhos menores, morta estrangulada pelo marido em Alcinoópolis:**

Laís [denunciou o marido um mês antes do crime por violência doméstica](#). Ela morreu em 11 de março, estrangulada pelo marido após uma festa da qual participaram. [O suspeito, de 39 anos, era foragido da Justiça e respondia por outra tentativa de feminicídio em 2016](#). Ele está preso.

- **Edinalva Ferreira Melgaço, 2 filhos menores, morta a golpes de machadinha pelo marido na frente do filho em Costa Rica:**

A vítima voltava da igreja de motocicleta junto com o filho em 17 de março, [quando o marido fechou a moto com seu carro e deu vários golpes de machadinha](#), na calçada. Mesmo ferida ela conseguiu pedir ajuda em uma pizzeria, ele a alcançou, deu mais golpes e fugiu. O suspeito de 52 anos foi [preso e disse ter matado a esposa por ciúmes](#).

- **Adriana Martins, indígena, 2 filhos maiores, morta estrangulada pelo namorado em Iguatemi:**

Em 22 de fevereiro, Adriana foi encontrada morta com uma corda enrolada no pescoço. O [namorado dela acabou confessando ter forjado uma cena de suicídio para despistar a polícia](#). Ele tinha um relacionamento extraconjugal com a vítima e quando a esposa descobriu, abandonou-o e ele foi morar com Adriana. O suspeito está preso.

- **Adriana Gomes, indígena, 7 filhos, 4 menores. Morta pelo marido na frente dos filhos em Amambai:**

A vítima morava com a família em uma aldeia indígena em Amambai. O marido, com quem viveu por mais de 20 anos, [matou Adriana com uma facada no peito na frente dos filhos](#) em 21 de fevereiro. As 4 crianças menores, segundo a polícia, estavam no local, desorientadas e chorando sobre o corpo da mãe quando a equipe chegou. O suspeito de 48 anos foi encontrado escondido em um barraco dentro de um matagal. Ele está preso.

- **Rayanne Moreira, sem filhos, morta pelo marido que passou com o carro sobre sua cabeça em Eldorado:**

A vítima de 21 anos foi morta após uma discussão do casal em 26 de janeiro, onde teria sido agredida. [Após a briga, Rayanne saiu de casa e o marido de 24 anos passou com um carro da marca Land Rover sobre a cabeça dela](#). Ele está preso.

- **Silvana Tertuliana Pereira, 2 filhas menores, morta pelo namorado a facadas em Campo Grande:**

A merendeira de 42 anos foi assassinada em 9 de janeiro. O namorado dela, um animador de festas, ficou com o corpo dentro do [banheiro da casa dele por 35 horas e depois jogou-o em um terreno baldio, ainda com a faca cravada no peito](#). Silvana ficou desaparecida por alguns dias, [a filha adolescente dela deixou bilhetes para a mãe, pedindo que aparecesse](#).

Suspeito foragido, dor multiplicada

A filha de Maria das Graças Hora, Elisângela Hora, usa as redes sociais em apelos frequentes para encontrar o ex-marido e assassino da mãe. Malrilho foi casado com Maria por 10 anos, completos em novembro do ano passado. Elisângela conta que há muito tempo a mãe havia decidido se separar:

“Ela comentava com os filhos, comigo, que não estava feliz. Ele vivia jogando baralho, sumia por dois, três dias, ela não queria mais viver com ele. Já estavam separados há muito tempo, vivendo na mesma casa. Uma semana antes dela ser assassinada, meu irmão fez a mudança dela para outra casa”, relata.

Maria das Graças e Malrilho viveram juntos por 10 anos. Ele matou a ex-esposa por não aceitar a separação — Foto: Elisângela da Hora/Arquivo pessoal

Segundo a polícia, Malrilho matou Maria na casa do novo namorado, assassinando-o em seguida. Ele está foragido e a filha de Maria não se conforma com a impunidade:

“É uma dor multiplicada! Uma pessoa que dizia amar a minha mãe, que fazia tudo por ela! Nós confiávamos nele, eu até deixava minhas crianças passarem as férias lá! Como poderíamos imaginar que ele seria capaz de uma barbaridade dessas?”, desabafa.

O filho mais velho de Elisângela, adolescente, faz tratamento psicológico para lidar com a revolta pela perda brutal da avó. Ela diz que não perde as esperanças de que Malrilho seja

encontrado.

“O que machuca é o vazio da saudade da minha mãe somado e essa sensação de mãos atadas. Ele não pode simplesmente ter sumido, sem ninguém saber onde está. Não podemos desistir, esse assunto não pode ser esquecido, nossa dor não pode ficar sem resposta.”

Políticas públicas de combate ao feminicídio

A Subsecretaria de Políticas Públicas para as Mulheres hoje pertence à pasta da Secretária Especial de Cidadania de MS, sob responsabilidade de Luciana Azambuja Roca. Em entrevista ao G1, ela afirma que os números preocupam o governo (de 1º a 8 de junho aconteceu a semana estadual de combate ao feminicídio) e a principal ação da Subsecretaria é ajudar a encorajar mulheres a denunciarem as agressões, mesmo que não sejam físicas, e pedir à Justiça a proteção a quem têm direito:

“O primeiro passo para o enfrentamento é falar sobre o assunto, provocar a sensibilização da sociedade, de prefeituras para que criem Coordenadorias da Mulher em seus municípios, de vereadoras e vereadores para que formulem leis que protejam direitos das mulheres, para que realizem audiências públicas, discutindo com a população o que pode ser feito.”

O estado tem um centro de apoio a parentes enlutados de vítimas de feminicídio e também para mulheres que sobreviveram às tentativas de assassinato por parte de seus companheiros. Veja as políticas públicas que estão em vigor:

- **CEAM:** O Centro Especializado de Atendimento à Mulher em situação de Violência oferece atendimento psicossocial gratuito e continuado, atendendo mulheres sobreviventes de tentativas de feminicídios e mulheres que perderam familiares de forma cruel (mães, tias, avós, filhas maiores de idade). Atualmente, estão sendo atendidas no CEAM 3 mulheres sobreviventes e 3 mulheres familiares de vítimas do feminicídio.
- **PROMUSE:** A Polícia Militar tem o Programa Mulher Segura que fiscaliza, acompanha e monitora mulheres vítimas de violência com medidas protetivas, realiza visitas técnicas e faz encaminhamentos para a rede de atendimento.
- **POP Feminicídio:** O Procedimento Operacional Padrão existe desde março de 2018 e envolve todos os profissionais da segurança pública que atuam em casos de feminicídio e tentativas, para padronizar os atendimentos, aprimorar processos e rotinas e dar maior visibilidade aos crimes de feminicídios para estimular a discussão. No segundo semestre de 2019 terá início um programa de capacitação para atendimento humanizado e especializado de profissionais que atuam em órgãos da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

Na capital, sob a coordenação da Subsecretaria de Políticas Para a Mulher, a Casa da Mulher Brasileira funciona 24 horas e conta com um centro de apoio às vítimas, com alojamento e brinquedoteca para as que precisam sair de casa com os filhos. Lá é onde fica a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam). Na Casa há uma equipe multidisciplinar de psicólogas e assistentes sociais, Promotoria e Defensoria Pública e a 1ª Vara de Medidas Protetivas do país.

Quem são os foragidos

A polícia procura pelo ex-marido e suspeito de esfaquear Maria das Graças da Hora, Malrilho Francisco da Silva. Ele fugiu logo após o crime. A família da vítima divulga esta foto de

Malrillo para tentar encontrá-lo. Quem tiver informações sobre seu paradeiro pode entrar em contato com a delegacia de Terenos no telefone (67) 3246-1601.

O suspeito do caso mais recente, que aconteceu em Campo Grande, também é considerado foragido. Fábio Amaral, suspeito de matar Erica Aguillar Pereira teve sua foto divulgada pela polícia na manhã de sexta-feira (14).

Informações sobre os suspeitos podem ser direcionadas ao Disque Denúncia no número 181, anonimamente. Denúncias de violência contra a mulher podem ser feitas também por terceiros através do telefone 180.

Jaqueline Naujorks

Curso Mulheres Indígenas e Novas Mídias - Dourados/MS, 5 a 7/06/2019

De 5 a 7 de junho, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) sediará o curso Mulheres Indígenas e Novas Mídias. O evento será realizado em razão da parceria do Tribunal de Justiça de MS, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e da Escola Judicial (Ejud-MS), com a ONU Mulheres.

(TJMS, 04/06/2019 - acesse no site de origem)

São parceiros ainda do curso a Faculdade Intercultural Indígena (Faind), Faculdade de Ciências Humanas (FCH/UFGD), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Unesco, além do apoio da Voz das Mulheres Indígenas.

A abertura será às 19 horas, com a apresentação de uma reza indígena, seguida de uma dança ou mística, organizada pelo Curso de Arte e Educação da Faind. Confirmaram presença para esta solenidade a conselheira Daldice Maria Santana de Almeida, a juíza Jacqueline Machado, que responde pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar; a gerente de projetos da ONU Mulheres, Fernanda Papa, representante das etnias, da Voz das Mulheres Indígenas - ONU, da Cátedra Unesco/UFGD.

Pela programação, devem palestrar sobre o tema central do evento Cleidiana Ramos, Graciela Guarani e Isabel Clavelin. Para a manhã do dia 6 (quinta-feira) está programada uma visita em uma aldeia indígena em Dourados e a retomada do curso no período vespertino. O encerramento será na sexta-feira (7), às 13 horas.

Sobre o curso:

O Curso de Comunicação, Saúde e Direitos das Mulheres está estruturado em três módulos (dois no primeiro dia, e o terceiro no segundo dia) e duas atividades pedagógicas (segundo dia), para despertar nos e nas participantes a reflexão acerca da prática jornalística e comunicativas e as possibilidades de mudança e melhoria da cobertura dos temas gênero, raça

e etnia no fazer jornalístico diário e nas produções de comunicação livre.

Módulo 1 - Mulheres, saúde, acesso aos direitos e os contextos de enfrentamento ao racismo, ao etnocentrismo e à violência em sociedade

Ementa: Definição dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos a partir da perspectiva feminista. Introdução ao Direito humano à saúde e à comunicação como direitos universais. Breve histórico do movimento feminista, do movimento de mulheres negras e do movimento de mulheres indígenas. Relações raciais e o enfrentamento ao racismo e ao etnocentrismo e os impactos na saúde. A violência contra as mulheres no Brasil. A resposta à epidemia congênita de Zika e o emponderamento político e econômico das mulheres.

Módulo 2 - Comunicação, ética e os princípios da solidariedade e justiça social na saúde

Ementa: Princípios éticos do jornalismo brasileiro. A prática jornalística na perspectiva dos direitos das mulheres. A cobertura de notícias sobre violência contra a mulher e os impactos na saúde. As ferramentas estratégicas na negociação da pauta com o foco no acesso a direitos.

Módulo 3 - Mídias digitais

Ementa: em elaboração.

Atividade pedagógica 1 - Leitura crítica da mídia

Ementa: Abordagem sobre cultura da mídia a partir da leitura de Douglas Kellner. Análise e leitura crítica de textos e/ou imagens de notícias impressas, gravadas em áudio, vídeo e notícias on line com ênfase nos direitos das mulheres no contexto da epidemia de Zika, com destaque para as notícias sobre violações dos direitos das mulheres negras e indígenas. Modos de fazer coberturas qualificadas e com abordagem aprofundada sobre direitos das mulheres e saúde. Aplicação prática de estudos, pesquisas, análises, fontes e marcos internacionais sobre o tema na pauta jornalística.

Atividade pedagógica 2 - Experiências e trajetórias locais: identificando novas fontes

Ementa: Apresentação de um/a convidado/a local. Construindo uma pauta com foco nas demandas locais com recorte de gênero, raça e etnia. A apuração e a entrevista. Produção e avaliação dos resultados. Publicação no blog do curso.

<https://comunicacaoedireitosdasmulheres.wordpress.com/>

[Sancionada lei que impede contratações de condenados por bater em mulher em](#)

Campo Grande/MS

Projeto de lei da vereadora Dharleng Campos (PP) também pode levar a administração municipal a demitir os condenados pela Lei Maria da Penha

(Campo Grande News, 02/05/2019 - acesse no site de origem)

A Prefeitura sancionou e publicou no Diário Oficial desta quinta-feira (2), a lei 6.194 de 30 de abril de 2019, que proíbe a contratação, na administração municipal, de pessoas condenadas pela Lei Maria da Penha. O projeto de lei aprovado na Câmara Municipal é da vereadora Dharleng Campos (PP) e também estabelece a exoneração de servidores comissionados nesta situação.

Segundo o decreto, fica vetada a contratação de efetivos ou em comissão de livre nomeação e exoneração, que inicia com a condenação em decisão transitada em julgado, até a comprovada reabilitação criminal. A lei passa a valer a partir desta quinta.

Apresentada pela vereadora em março, o mês da mulheres, o projeto foi inspirado em uma lei que já vigora no Rio de Janeiro. À época, a Dharleng opinou que o projeto poderia ser uma forma de inibir a violência doméstica. “Se pesar no bolso, quem sabe é uma forma de coibir”.

“Depois do feito já temos leis que amparam e inclusive um ótimo trabalho da Polícia Civil. Esse projeto é mais de prevenção. Se tem uma coisa que homem tem medo é de ficar sem emprego. Nesse sentido já que ele não respeita a mulher, se pesar no bolso, quem sabe é uma forma de coibir”, comentou.

No Rio de Janeiro a lei é estadual e foi sancionada no dia 28 de fevereiro pelo governador Wilson Witzel (PSC). A lei entrou em vigor no dia 7 de março, um dia antes do dia internacional da mulher.

Izabela Sanchez

Em MS, todos os dias uma criança ou adolescente é estuprada; número de casos aumentou

Nos últimos dois anos, o número de vítimas atendidas pelo SUS aumentou em 17%

(Top Mídia News, 18/03/2019 - acesse no site de origem)

É cada vez maior o número de crianças vítimas de violência sexual em Mato Grosso do Sul. De acordo com dados do Sinam (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), em 2018, 439

crianças receberam atendimento médico no Estado após sofrerem crimes deste tipo, o equivalente a 1,2 casos por dia, ou seja, pelo menos uma vítima de estupro todos os dias.

Se comparado com 2017, é possível afirmar que o número dessas ocorrências sofreu aumento de 17,37%. Conforme o Sistema, em 2017, 374 menores foram abusados e receberam atendimento através do SUS (Sistema Único de Saúde). Na maioria dos casos, as vítimas são crianças de 10 a 14 anos. Existem ainda casos de crianças que não receberam atendimento médico e continuam no anonimato.

Na maioria das vezes, os crimes são cometidos por pessoas próximas que não geram nenhum tipo de desconfiança, até que em segundos a descoberta vira um pesadelo. No entanto, mesmo com todos os esforços, as estatísticas continuam crescendo.

Comcex

Criado em 1998, o Comitê de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul presta à sociedade trabalhos de prevenção da violência sexual, atuando na sensibilização e mobilização de cidadãos e instituições, além de fortalecer ações educacionais que envolvam crianças e adolescentes.

Mais de 20 membros constituem o Comitê, entre órgãos governamentais estão: Instituto Mirim de Campo Grande, Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast), Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização (SAD), Fundação de Turismo de MS (Fundtur-MS), Secretaria Municipal de Saúde (Sesau), Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS), entre outros e sociedade civil, como Lar do Pequeno Assis e Mãe Águia.

Denuncie!

Descobriu que uma criança ou adolescente sobre abusos? Denuncie pelo 190 da polícia ou pelo número 100. O Disque 100 trabalha com todos os tipos de violações de direitos humanos (violência contra pessoa idosa, privação de liberdade, atenção aos moradores de rua), mas tem um foco especial na criança e no adolescente. Basta ligar 100 de qualquer telefone e conversar com um dos atendentes.

Esse canal funciona 24 horas por dia, sete dias por semana. A participação popular é fundamental para proteger os menores e fazer valer a legislação. Ao fazer a denúncia, tenha em mãos as características da vítima e o local em que ela se encontra.

[Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande/MS atendeu mais de 8 mil](#)

mulheres no 1º semestre de 2018

Passados três anos e meio de sua inauguração, a Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande/MS, continua oferecendo atendimento humanizado e serviços integrados às mulheres sul-mato-grossenses que procuram acolhimento e proteção, realizando encaminhamentos e monitorando os diversos casos de violência de gênero atendidos na unidade.

(Agência Patrícia Galvão, 04/09/2018)

Em visita à sede do Instituto Patrícia Galvão em São Paulo, a coordenadora da Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande, Tai Loschi, assessora técnica e especialista em gênero e políticas públicas da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério de Direitos Humanos, apresentou dados do balanço de atendimentos realizados pelo equipamento no primeiro semestre de 2018.



Tai Loschi, coordenadora da Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande/MS, e Jacira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão (foto: Marisa Sanematsu)

Números do atendimento da Casa em Campo Grande

Primeira unidade a ser inaugurada no país, em 3 de fevereiro de 2015, a Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande/MS registrou de janeiro a junho de 2018 mais de 8 mil mulheres atendidas e 51.584 procedimentos realizados. Foram concedidas 2.189 medidas protetivas de urgência, 3.747 boletins de ocorrência registrados pela DEAM instalada na Casa e 1.538 visitas da Guarda Municipal e da Patrulha Maria da Penha às residências das mulheres sob monitoramento.

A Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande oferece acolhimento e encaminhamento para serviços integrados instalados dentro da Casa, como Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam), Defensoria Pública, Promotoria de Justiça, Vara Especializada em Violência Doméstica, além de atendimento psicossocial, capacitação para autonomia econômica e abrigamento para as mulheres em situação de violência que estão sob risco.

Atendimentos realizados no 1º semestre de 2018	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total Jan-Jun
Recepção	1.355	1.125	1.525	1.359	1.415	1.240	8.019
Setor Psicossocial	626	402	561	446	438	426	2.899
Vara de Violência Doméstica	1.038	935	797	611	561	671	4.613
Delegacia Especializada Mulher	1.694	1.341	1.692	1.994	4.272	3.288	14.281
Defensoria Pública	423	315	392	352	361	305	2.148
Promotoria de Justiça	2.878	1.810	2.262	2.417	2.278	2.672	14.317

Guarda Municipal/Patrolha Marida da Penha	338	465	300	473	447	620	2.643
Polícia Militar	84	88	6	62	66	62	368
Autonomia Econômica (Funsat)	263	236	254	267	316	303	1.639
Brinquedoteca	83	84	120	75	94	65	521
Mulheres alojadas	27	20	28	27	20	14	136

[Clique aqui para acessar os relatórios mensais dos atendimentos realizados pela Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande no 1º semestre de 2018](#)

Durante sua visita, Tai Loschi falou sobre a urgência do enfrentamento à violência contra as mulheres e fez o seguinte apelo:

A violência atinge de maneira desastrosa todos os envolvidos: a mulher, os filhos e também quem a pratica.

Busque ajuda! Ligue no 153, ligue no 190, ligue no 180.

Não fique só! Busque ajuda!

1º Prêmio TJMS de Jornalismo - ComunicAÇÃO pela Igualdade de Gênero - Inscrições até 31/08/2018

Prêmio de Jornalismo do TJMS abordará violência contra a mulher

(TJMS, 21/05/2018 - acesse no site de origem)

Lançado oficialmente durante o Simpósio Regional Violência de Gênero, o 1º Prêmio de Jornalismo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul terá em sua primeira edição a ComunicAÇÃO pela Igualdade de Gênero.

O concurso distribuirá R\$ 30 mil em prêmios nas categorias Telejornalismo, Jornalismo Impresso, Jornalismo Online, Radiojornalismo, Fotojornalismo e Universitário. A solenidade de premiação será em novembro, durante a 11ª Semana da Justiça pela Paz em Casa.

Para participar, o profissional ou acadêmico da área de Comunicação Social deverá inscrever, no site do TJMS, trabalhos inéditos e publicados de 1º de janeiro a 31 de agosto de 2018. O edital e o regulamento do concurso, assim como a ficha de inscrição, estão disponíveis no link <https://www.tjms.jus.br/premiojornalístico/>.



1º Prêmio TJMS de Jornalismo

ComunicAÇÃO pela Igualdade de Gênero



**inscrições até
31 de agosto de 2018**

Mais informações acesse:

www.tjms.jus.br/premiojornalístico

Prêmios em dinheiro para 1º e 2º colocados

Reportagens publicadas de janeiro a agosto de 2018

Vamos premiar os melhores conteúdos sobre o tema em jornal, revista, online, rádio, TV e ainda: fotojornalismo e universitário

INSCREVA-SE JÁ! PARTICIPE!



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
POBOX 14.200 - ANDARAÍ DO SUL (MS) 79101-900
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO**

Os trabalhos devem contemplar os seguintes temas: O fenômeno da violência contra a mulher em MS; As contribuições do feminismo na sociedade contemporânea; A participação da mulher nos espaços de poder; A persistência da violência contra a mulher, causas e efeitos.

O diretor da Secretaria de Comunicação do Tribunal de Justiça, Carlos Kuntzel, acredita que o

prêmio mostrará belíssimos trabalhos de profissionais de MS como contribuição para a efetiva construção da igualdade de gênero.

“Os profissionais de Comunicação desempenham importante papel na construção de pensamento e opinião da população ao retratar a sociedade, pautar discussões e divulgar as ações desenvolvidas pela Coordenadoria da Mulher em sua luta diária, que é o combate à violência de gênero. Tenho certeza que os resultados serão excelentes”.

A juíza Jacqueline Machado, que responde pela Coordenadoria da Mulher e pela primeira Vara de Medidas Protetivas do país, lembrou a relevância da imprensa na produção de conteúdo jornalístico que contribua para a discussão, reflexões e combate a todo tipo de violência contra a mulher.

“Os profissionais de jornalismo são extremamente importantes no processo de construção da cultura de igualdade entre os gêneros e para a erradicação da violência contra as mulheres”, ressaltou a juíza.

Entre os objetivos do certame estão a produção de conteúdo jornalístico que contribua para a prevenção, o combate e a eliminação de todas as formas de manifestação de violência contra as mulheres; proteção, valorização e promoção dos direitos das mulheres; além de promover reflexões para a desconstrução da cultura de violência contra as mulheres.

Com o prêmio será possível também incentivar discussões e reflexões sobre estereótipos, masculinidades, leis, linguagem, mídia e objetificação da mulher, que reforçam a desigualdade de gênero; estimular a produção de conteúdo jornalístico que contribua para a politização da sociedade, no que se refere à construção da igualdade de gênero; e valorizar as iniciativas no jornalismo sul-mato-grossense que contribuam para o entendimento da violência de gênero como um problema estrutural das desigualdades sociais e econômicas.

Serão aceitas somente inscrições de trabalhos inéditos, veiculados no período de 1º de janeiro a 31 de agosto de 2018, em meios de comunicação reconhecidos em Mato Grosso do Sul - vedada a participação de pessoas jurídicas públicas ou privadas.

Uma comissão será designada para dirimir dúvidas e outras questões do certame, podendo, inclusive, decidir pela não outorga do prêmio a uma ou mais categorias se concluir que os trabalhos concorrentes não cumprem os requisitos do concurso.

Os trabalhos inscritos serão avaliados pela adequação ao tema proposto, linguagem, coerência editorial, originalidade, utilidade social e fontes consultadas. Os vencedores receberão prêmio em dinheiro.

Os valores serão assim distribuídos: R\$ 3.500,00 para o primeiro colocado e R\$ 2.000,00 para o segundo para as categorias Telejornalismo, Jornalismo impresso, Jornalismo Online, Radiojornalismo e Fotojornalismo. Os vencedores da categoria Universitário receberão R\$ 1.500,00 e R\$ 1.000,00, respectivamente.

Os estados com as maiores taxas de estupro do país; MS lidera

Dados do 11º Anuário de Segurança Pública revelam que o Mato Grosso do Sul é o estado com a maior taxa de estupros do país; veja o ranking

(Exame, 12/11/2017 - acesse no site de origem)

No ano passado, 49,4 mil pessoas foram vítimas de estupro no Brasil, segundo dados do 11º Anuário de Segurança Pública.

De acordo com o levantamento, que leva em conta apenas os casos que foram registrados em boletins de ocorrência, o país registrou 24 casos de estupro para cada grupo de 100 mil habitantes, um aumento de 3,5% em relação ao ano anterior.

O estado com a maior taxa foi Mato Grosso do Sul, que responde por 54,4 estupros a cada grupo de 100 mil pessoas, um total de 1.458 crimes. O número, no entanto, representa uma redução 0,8% em relação a 2015.

Espírito Santo, por sua vez, foi o estado com a menor taxa: 4,7 a cada grupo 100 mil habitantes, o que representa apenas 188 boletins.

Já o maior número absoluto de estupros foi em São Paulo: 10.055 casos em 2016, equivalente a uma taxa de estupros de 22,5 casos por 100 mil habitantes.

Considerando somente as tentativas de estupros registrados no ano passado, Santa Catarina teve a maior taxa proporcional à população: 10,2 casos a cada 100 mil habitantes — o que significa que 3.084 pessoas foram vítimas de tentativa de estupro no estado.

Veja o ranking dos estados com as maiores taxas de estupro do país:

Ranking	Estado	Nº absoluto de estupros	Taxa (por 100 mil habitantes)	Nº de tentativa de estupro	Taxa de tentativas de estupro (por 100 mil habitantes)
1º	Mato Grosso do Sul	1.458	54,4	166	6,2
2º	Amapá	385	49,2	28	3,6
3º	Mato Grosso	1.614	48,8	163	4,9
4º	Roraima	234	45,5	37	7,2

5º	Santa Catarina	3.084	44,6	702	10,2
6º	Rondônia	790	44,2	97	5,4
7º	Paraná	4.164	37	488	4,3
8º	Rio Grande do Sul	4.144	36,7	654	5,8
9º	Pará	3.002	36,3	176	2,1
10º	Rio de Janeiro	4.308	25,9	408	2,5
11º	Tocantins	385	25,1	34	2,2
12º	Sergipe	541	23,9	51	2,3
13º	Amazonas	930	23,2	116	2,9
14º	São Paulo	10.055	22,5	1.218	2,7
15º	Distrito Federal	666	22,4	79	2,7
16º	Pernambuco	1.976	21	273	2,9
17º	Piauí	653	20,3	160	5
18º	Minas Gerais	3.926	18,7	380	1,8
19º	Bahia	2.709	17,7
20º	Ceará	1.538	17,2	265	3
21º	Alagoas	500	14,9	52	1,5
22º	Maranhão	995	14,3	229	3,3
23º	Goiás	670	10	321	4,8
24º	Paraíba	376	9,4	14	0,4
25º	Rio Grande do Norte	206	5,9	52	1,5
26º	Espírito Santo	188	4,7	215	5,4

**O Anuário não disponibilizou os dados sobre o Acre*

Valéria Bretas

Mayara Amaral, a violonista de Campo Grande morta duas vezes

Crime reacende debate sobre a tipificação do feminicídio no país e as dificuldades de aplicá-lo

[\(El País, 30/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Mayara Amaral, uma violonista de 27 anos nascida em Campo Grande, foi ensaiar com sua banda e nunca mais voltou. Apareceu no dia seguinte em um matagal com [o corpo carbonizado e várias marteladas na cabeça](#). Dois suspeitos foram presos pelo brutal assassinato num motel da cidade: o músico de 29 anos Luiz Alberto Barros, por quem a jovem estaria apaixonada, e Ronaldo Olmedo, de 33, com passagens por tráfico e roubo, segundo a polícia. Um terceiro homem, Anderson Pereira, 31, também com passagens por tráfico e roubo, foi preso por colaborar com a ocultação do cadáver.



A violonista Mayara Amaral, assassinada na semana passada. (Foto: Reprodução)

Antes de queimar o corpo da jovem como o de um animal, os três comparsas dividiram entre si os poucos pertences de Mayara: um Gol de 1992, um notebook, um celular e [um violão](#). Depois, Luiz usou o celular de Mayara para enviar uma mensagem à mãe dela tentando culpar um ex-namorado da violonista. “Ele é louco, mãe. Está me perseguindo. Estava na casa dele e brigamos feio”, dizia o texto. A essa altura o corpo já havia sido encontrado. O crime foi tipificado como [latrocínio, roubo seguido de morte](#).

O caso poderia ser mais [um assassinato num país que mata 13 mulheres por dia](#), segundo o Atlas da Violência 2016, mas Mayara foi morta duas vezes. Uma pelos seus algozes e outra pelo tratamento do seu caso nos jornais locais nos quais o depoimento dos suspeitos teve mais manchetes que os da família. Quase não se sabe quais eram os sonhos e virtudes de uma jovem que era um portento do violão e que se formou em música pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e fez um mestrado na Federal de Goiás, mas uma simples pesquisa no Google dá ampla conta do que os detidos declararam: que ela foi no motel atrás de drogas, que houve sexo consensual com os dois supostos assassinos e que ela foi morta a marteladas porque reagiu ao saber que seria roubada. “Até agora, o maior jornal da cidade não procurou minha família para dar entrevista. Estão ocupados dando voz ao bandido”, lamenta da Bélgica a irmã de Mayara, Pauliane Amaral, que não pôde ir no velório por não ter dinheiro para comprar sua passagem de volta ao Brasil.

Pauliane, apesar da distância, fez questão de não silenciar a brutalidade. [Num post que já foi compartilhado mais de 28.000 vezes](#), ela deu relevância internacional ao caso e reclamou do uso da imagem da caçula da família pela imprensa. “Quando escrevem que Mayara era a ‘mulher achada carbonizada’ ela está na foto como uma menina. Quando a suspeita envolvia o ‘namorado’ hiperssexualizam a imagem dela. Quando a notícia fala que a cena do crime é um motel, minha irmã aparece vulnerável, molhada na praia”. Pauliane também questionava no seu post por que as palavras “feminicídio” ou “estupro” não tinham sido usadas em nenhuma dessas matérias apesar dos indícios.

Mas há outra questão que levanta o caso de Mayara: no Brasil o feminicídio, tipificado como um caso específico de homicídio qualificado apenas em 2015, pode não ser uma boa estratégia de acusação. Enquanto o latrocínio é castigado com uma pena mínima de 20 anos, a pena mínima por feminicídio é de 12 anos. O feminicídio ainda é julgado levando em conta os valores dos integrantes de um júri popular. Pior: mesmo considerando a lentidão crônica da Justiça brasileira, decisões por júri popular costumam demorar mais e ter mais recursos do que casos decididos por apenas por um juiz.

A tipificação do crime pela polícia como latrocínio causou alvoroço no [movimento feminista](#). A reivindicação não é menor. O feminicídio é o nome para escancarar a violência que a mulher sofre todos os dias pelo simples fato de ser mulher, mas não só. [Não se trata de ideologia, mas de um instrumento de combate à violência de gênero, de acordo com os especialistas](#). Com a clara tipificação, o crime não se perde nas estatísticas comuns de violência urbana e, em tese, pode ser melhor mapeado e ter estratégias de combate mais claras. Há quem aponte a insensibilidade dos agentes para apurar um crime com essas características - o caso está hoje nas mãos da Delegacia Especializada de Roubos e Furtos de Veículos - mas a pergunta vai além: por que no Brasil é mais grave matar alguém para roubar um carro do que acabar selvagememente com a vida de uma mulher?

O primeiro delegado do caso, Tiago Macedo, foi duramente criticado nas redes sociais por enquadrar o assassinato como latrocínio, ignorando, aparentemente, que o relacionamento da vítima com seu assassino poderia derrubar a tese de que a jovem foi morta por causa de um carro velho. Mas o delegado Macedo explicou ao EL PAÍS que ele não ignorou os indícios, mas que, tecnicamente, para a velocidade com a qual foi conduzida a investigação, as provas recolhidas apontavam uma morte motivada pelo roubo. “Nossa prioridade era garantir a prisão”, diz.

Dito isto, o delegado mostra-se surpreso diante as críticas. “Tipificar o crime como latrocínio

não significa que seja o único crime cometido. Foi dado esse tratamento porque é o mais grave com as provas que tínhamos até esse momento. Do ponto de vista jurídico não podemos nos ater a ideologias”, relata Macedo pelo telefone. O delegado continua, e argumenta que a questão pode ser mais complexa do que parece: “No Brasil, tipificar um crime como feminicídio, além de não termos provas ainda para sustentá-lo, significa abrandar a pena. E é uma porta aberta para a defesa explorar a memória da vítima. Mayara merece ser execrada em público para os advogados da defesa derrubarem o caso?”, questiona o delegado.

Da Bélgica, a irmã, que tem recebido o apoio de músicos e pessoas do mundo todo, prefere não falar sobre a estratégia de acusação que a família irá adotar, mas pede para deixar clara sua certeza: “A gente não tem dúvida de que, embora se trate de um latrocínio, ela foi escolhida por ser mulher”.

Prefeitura de Campo Grande demite únicas tradutoras indígenas na Casa da Mulher

Criada durante o governo de Dilma Rousseff (PT) em 2015, a Casa da Mulher Brasileira (CMB) funciona em Campo Grande e atende mulheres em situação de violência doméstica. O projeto inovador chegou a contratar duas mulheres indígenas que auxiliavam na tradução das línguas Terena e Guarani. Em dezembro elas foram demitidas e a Casa da Mulher está há seis meses sem o serviço.

[\(Justificando, 22/06/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A CMB funciona por meio de um convênio entre a Prefeitura de Campo Grande e a União. Foi instalada em Mato Grosso do Sul por ser a quinta Unidade da Federação com mais casos de violência contra a mulher. O estado tem a segunda maior população indígena do país, cerca de 72 mil pessoas. Entre 2010 e 2014, os casos de violência contra a mulher indígena aumentaram cerca de 400%, segundo dados da própria Casa da Mulher.

Os dados sobre atendimento são bem mais tímidos. Entre 1º de abril de 2016 e junho deste ano, somente 83 mulheres indígenas foram atendidas na CMB. É que, para as mulheres indígenas, denunciar violência doméstica é uma soma de desafios. Às barreiras psicológicas soma-se a dificuldade linguística.

Dificuldade em buscar ajuda

Relatar uma situação de violência doméstica requer um trabalho específico junto às vítimas. Por isso a necessidade de acolhimento e atendimento psicossocial. Isto para todas as mulheres. No caso das mulheres indígenas, as diferenças culturais e barreiras idiomáticas tornam a busca de auxílio, muitas vezes, algo quase impossível.

É o que relata uma das mulheres demitidas, a Terena Sylmara Candido. Além de traduzir os idiomas indígenas, sua presença fazia as mulheres se sentirem mais seguras, por encontrarem

semelhanças culturais:

- Quando nós chegamos lá não tinha tanta procura e com o tempo a gente foi percebendo que estava tendo, porque elas iam lá e encontravam pelo menos alguma recepção que conseguia falar com a mesma linguagem.

Sylmara atendia uma média de três mulheres por mês, durante o período vespertino. Ela afirma que a divulgação no interior do estado e nas aldeias começou a avançar, mas hoje permanece o principal desafio. Uma das conquistas foi a tradução de uma cartilha da Lei Maria da Penha para as línguas Terena e Guarani.

Ela considera que falta mais divulgação, principalmente nas aldeias. “Sempre questioneei isso na época em que eu estava lá”, afirma. “A secretária era muito ligada às questões indígenas, mas, como teve troca política, envolve muita coisa né, então esse projeto não prosseguiu”.

A Terena relata um caso em que o próprio motorista da Casa do Índio, serviço ligado à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), assediou uma mulher que era levada para o atendimento. Ela teve de pegar um táxi e chegou à CMB desorientada:

- Nessa etapa [atendimento psicossocial], quando a psicóloga vê que é indígena, se precisar da gente ela chama, quando vê que ela não está entendendo o idioma, ou está tendo muita dificuldade. Se está muito machucada tem que levar pro hospital ou pro posto mais próximo. Então, sem ter alguma indígena ali, o atendimento às vezes já trava.

Risco de fechamento

Sylmara conta que cerca de 60 pessoas perderam o emprego no fim de 2016. A crise foi o argumento utilizado para justificar a dispensa. Nesse período, a CMB chegou a correr o risco de fechar as portas.

O governo Temer extinguiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres, responsável pelo programa “Mulher, Viver sem Violência”, que a Casa da Mulher criou em Campo Grande, Brasília e Curitiba. No local funcionam, integrados, todos os serviços públicos que investigam e punem a violência doméstica: Delegacia da Mulher, Defensoria, Ministério Público e Juizado.

A crise também diminuiu a representação das mulheres na Prefeitura de Campo Grande. A gestão do prefeito Marcos Trad (PSD) transformou a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres em uma subsecretaria.

A prefeitura informa, por meio da assessoria de imprensa, que não há contratação específica para tradutores, “mas havia indígenas contratadas para a função de recepcionistas, que realizavam o atendimento ao público em geral”. “Elas atuavam também nas situações que demandavam atendimento a mulheres índias que não se expressavam em português e se comunicavam na língua Terena”.

Segundo a prefeitura, as demissões ocorreram quando o governo federal encerrou um contrato com uma empresa terceirizada.

Isabela Sanches

[Pesquisa inédita quer descobrir impacto da violência contra mulheres nos planos de saúde](#)

Estudo será realizado pela Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de MS, ONU e empresa de consultoria. Trabalho deve durar 15 meses.

Técnicos da Organização das Nações Unidas, Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Cassems) e de uma empresa de consultoria vão fazer uma pesquisa para descobrir o impacto econômico da violência contra as mulheres no sistema de saúde suplementar.

[\(G1/Mato Grosso do Sul, 13/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

“Isso traz impactos de reintegração dessas mulheres à sociedade de uma forma mais efetiva, mais impoderadas e, com certeza, traz para nós uma redução dos custos do plano de saúde”, explicou Ricardo Ayache, presidente da Cassems.

[Clique aqui para assistir à reportagem](#)

O protocolo de intenções para dar início ao projeto já foi assinado. Esse será o primeiro estudo do gênero no país. O estudo vai abranger as mulheres que representam 55% dos beneficiários do plano de saúde dos funcionários públicos do estado. “A gente quer levar essa metodologia, estas informações e os seus resultados para o resto da América Latina e do mundo”, afirmou Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres.

Segundo os coordenadores do projeto, a pesquisa será feita em quinze meses e por etapas. Nesse período, os técnicos vão se reunir a cada quinze dias para estabelecer estratégias de trabalho, identificar casos de violência entre as beneficiárias do plano de saúde, criar metodologias de atendimentos e formas de prevenção. Depois que o trabalho for concluído, a ideia é mobilizar a sociedade para enfrentar o problema.

“No momento em que a gente consegue detectar, a gente vai poder também prevenir e ajudar essas famílias em situação de violência”, contou Jucli Stefanelo, diretora de clientes da Cassems.

A violência doméstica traz números preocupantes. Segundo estudos, uma mulher é assassinada a cada uma hora e meia no país. Mais de 500 são agredidas. Só este ano foram registrados mais de 1.800 casos de violência contra a mulher na capital e 5 mil no estado. Seis mulheres foram assassinadas por companheiros ou ex-maridos em Mato Grosso do Sul.

“Essa violência acarreta em toda sociedade. Não é só um problema da mulher, um problema daquele casal, um problema do judiciário, do estado. É um problema de todos nós. É um grande problema da saúde, inclusive”, alertou Jacqueline Machado, juíza da Vara da Violência Doméstica.